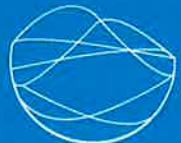


RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS

Jey
HL
K

2020

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA



GRÂNDOLA
MUNICÍPIO

www.cm-grandola.pt

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS

- 1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO**
- 2 BALANÇO CONSOLIDADO**
- 3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS**
- 4 FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO**
- 5 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO**
- 6 ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**
- 7 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

2020

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS

1

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2020

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS



(Assinatura)

A
M
CZI
JL
FL
JF

INTRODUÇÃO

A consolidação de contas surge como instrumento que permite melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, constituindo uma base mais sólida para a tomada de decisões por parte dos órgãos autárquicos, quer a nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das atividades das entidades que compõem o grupo municipal, bem como a avaliação das políticas locais. A consolidação de contas, traduz-se na elaboração de demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, com o objetivo de fazer transparecer uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do grupo municipal.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Neste seguimento, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No que diz respeito ao Perímetro de Consolidação, e analisando todas entidades conjugadas como disposto no artº 75º do RFALEI, foi considerada como entidade a incluir a empresa Municipal Infratrhoia E.M, cuja percentagem de capital detida pela Câmara Municipal de Grândola corresponde a 74,10 % pelo que foi integrado a 100% na consolidação, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A análise do quadro 1 e quadro 2 permite verificar quais as entidades incluídas e excluídas no perímetro de consolidação.

Quadro I

Entidades incluídas no perímetro de consolidação – Artº 75º RFALEI			
Denominação	Sede	Percentagem capital detido	Nº de funcionários final de 2020
Município de Grândola	Rua José Pereira Barradas, 11, 7570-281 Grândola		471
INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.	Rua da Aroeira - Tróia 7570-789 Carvalhal GDL	74,1%	27

Quadro II

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação - Artº 75º RFALEI		
Denominação	Sede	Percentagem capital detido
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL)	Largo Manuel Sobral, Edifício do GAT 7570-132 Grândola	20%
AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	Monte Novo dos Modernos 7565-255 Ermidas Sado	14,29%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Manorco e sousa, 52 3044-511 Coimbra	0,32%
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho, N.º 17 5100-127 Lamego	0,56%
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Torreão do mercado municipal - rua 16 de Novembro 2070-909 Cartaxo	0,90%
AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo	Praça da Republica 7800-427 Beja	5,28%

Para uma análise mais circunstanciada das demonstrações financeiras incluídas na consolidação, tecem-se algumas considerações à entidade incluída na consolidação.



A
JF
AM
CJ
AG
PL
VLL
H

1. ENTIDADE PARTICIPADA - INFRATROIA

A 12 de Abril de 2001, foi constituída a Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E.M., mantendo até hoje a mesma estrutura acionista, com o Município de Grândola a deter 74,1% e a Troiresort, SGPS SA, 25,9% do capital social.

A Empresa (Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E.M.) tem por objeto social a exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), incluindo as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- b) Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruido, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- c) Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- d) Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- e) Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- f) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Concelho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.



A estrutura hierárquica e funcional da Infratróia está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir:

Quadro III



O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável, pelo que assume a responsabilidade e dispõe da autoridade necessária para assegurar:

- que os processos são estabelecidos, implementados e mantidos
- que é realizado o reporte do desempenho do sistema e sua implementação às melhorias necessárias
- a promoção da consciencialização dos colaboradores para com os requisitos dos clientes
- a comunicação para com outras entidades nos assuntos relacionados com a empresa

2.2 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Não se pretende que as contas consolidadas venham substituir as contas individuais, mas que sejam um complemento por forma a permitir uma melhor gestão das entidades consolidadas. Neste sentido, avaliando os métodos de consolidação existentes:



(Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'M', 'C', 'B', 'R', 'E', 'J', and 'P' on the right margin)

- Método da simples agregação - aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efectivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante. Este método traduz-se na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo público, sendo obrigatória a eliminação, designadamente, dos saldos, das transacções, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em activos relativos a operações efectuadas entre essas entidades.
- Método de consolidação integral - aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50 % dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada e consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários. Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adoptar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso nº 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.
- Método de Equivalência Patrimonial - aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, adoptar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13,



(Handwritten signatures and initials in blue and purple ink)

publicada no Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

Tendo em consideração o perímetro de consolidação definido e o grupo de entidades a consolidar pelo Município Grândola – Câmara Municipal, o método a utilizar é o método de consolidação integral.

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os ativos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio, os resultados e, as receitas e despesa de natureza orçamental das entidades incluídas na consolidação, como se se tratasse de uma única entidade, contudo, não existiram operações internas susceptíveis de serem enquadradas na demonstração financeira.

Relativamente ao processo prévio à consolidação, a entidade integrante do perímetro de consolidação que aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC (INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.) disponibilizou as suas contas tendo sido efectuada a homogeneização e eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo municipal. Depois desse processo, procedeu-se à agregação dos dados, o que permitiu obter uma imagem verdadeira, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo.

Nas páginas seguintes é levada a cabo uma análise onde são apresentados valores comparativos e a respectiva evolução face ao exercício anterior.

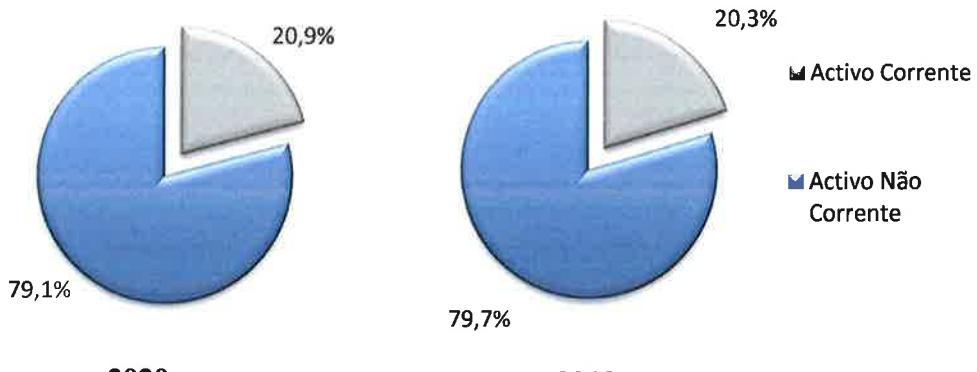
3.1 Análise ao Balanço Consolidado

No final de 2020, o Grupo Municipal registava no lado do Activo um montante de 110.369.527,27 €, um valor de Capital Próprio de 102.257.946,91 € e um passivo de 8.111.580,36 €

Quadro IV

Activo	2020	2019	Var %
Activo Não Corrente	87.321.285,39	83.076.165,05	4,86%
Activos Fixos Tangíveis	86.627.552,08	82.314.982,89	4,98%
Activos Intangíveis	157.494,87	226.528,07	-43,83%
Participações Financeiras	531.778,50	531.778,50	0,00%
Outras Contas a Receber	4.459,94	2.875,59	35,52%
Activo Corrente	23.048.241,88	21.174.206,87	8,13%
Inventários	269.589,16	277.323,67	-2,87%
Dev. Subsídios não Reembolsáveis	331.428,06	755.011,26	-127,81%
Clientes, Contrib. e Utentes	277.924,97	237.995,49	14,37%
Estado e outros entes públicos	13.016,94	59.043,08	-353,59%
Outras Contas a Receber	7.238.744,60	5.878.073,43	18,80%
Diferimentos	187.266,65	289.517,24	-54,60%
Caixa e depósitos	14.730.271,50	13.677.242,70	7,15%
Total	110.369.527,27	104.250.371,92	5,54%

ACTIVO CONSOLIDADO



TS
 FS
 AH
 CM
 Luy.
 CG
 RL
 Luy
 JP

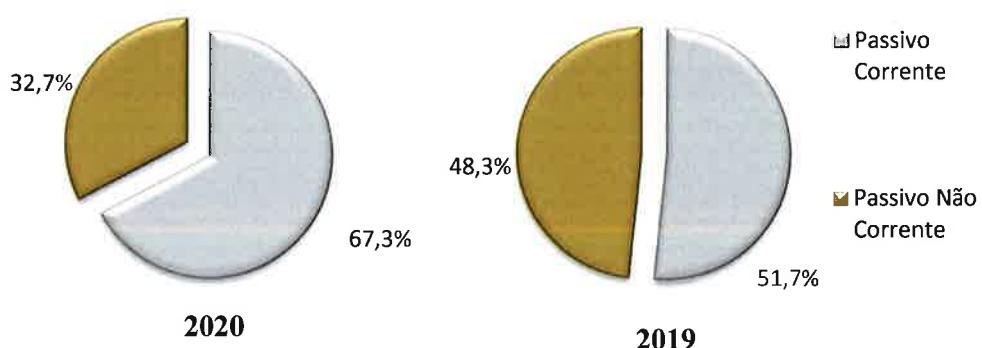
O Balanço Consolidado do Grupo Municipal regista um Activo total de cerca de 110,4 milhões de euros, constituído maioritariamente pelo activo imobilizado que ascende a 87.316.825,45 € (79,1 % do total do balanço).

As restantes rubricas representam cerca de 20,9 % do activo líquido, o que se traduz no montante de cerca de 23 Milhões de euros.

Quadro V

Passivo	2020	2019	Var %
Passivo Não Corrente	2.656.529,39	4.480.441,63	-68,66%
Provisões	214.800,00	183.313,00	14,66%
Financiamentos Obtidos	1.925.868,12	3.485.882,44	-81,00%
Passivos Impostos Diferidos	1.361,27	2.746,19	-101,74%
Diferimentos	514.500,00	808.500,00	-57,14%
Passivo Corrente	9.455.050,97	4.723.217,19	12,21%
Fornecedores	1.376.449,62	1.281.128,15	6,93%
Adiantamentos de Clientes	1.153,66	1.270,11	-10,09%
Estado e Outros Entes Públicos	184.997,66	234.983,92	-27,02%
Financiamentos Obtidos	656.876,90	278,36	99,96%
Fornecedores de Investimentos	369.265,33	473.667,21	-28,27%
Outras Contas a Pagar	2.865.482,64	2.796.664,28	2,40%
Diferimentos	825,16	825,16	0,0%
Total	8.111.580,36	9.269.258,82	-14,27%

PASSIVO CONSOLIDADO



O total do Passivo do Grupo Municipal ascende a 8.111.580,36 € com o peso Outras Contas a Pagar no passivo corrente a representar cerca de 35 %, sendo que, no passivo não corrente, a maior expressão reside nos financiamentos obtidos pelo Município cujo valor ascende a 1.925.868,12 €, representando cerca de 24 % do passivo consolidado.

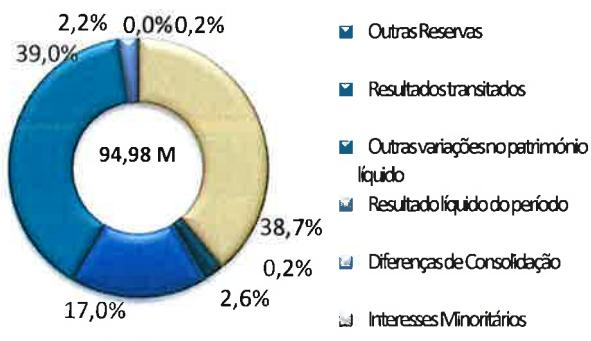
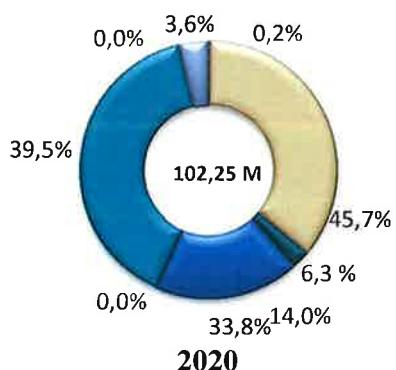
Relativamente aos diferimentos, agregando a componente corrente e não corrente, obtém-se o valor de cerca de 515 Mil Euros que representa cerca de 6 % do valor do passivo.

A rubrica de provisões de riscos e encargos, regista um valor de 214.800,00, integrando as responsabilidades do Grupo Municipal derivadas de riscos relacionados com processos judiciais.

Quadro VI

Património líquido Consolidado	2020	2019	Var %
Património/Capital	36.791.730,11	36.791.730,11	0,00%
Reservas	2.540.962,24	2.540.962,24	3,02%
Outras Reservas	0,00	0,00	N/A
Resultados transitados	18.645.392,75	18.645.392,75	13,28%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	N/A
Outras variações no património líquido	40.397.074,54	40.397.074,54	8,19%
Resultado líquido do período	3.653.688,24	3.653.688,24	42,96%
Interesses Minoritários	229.099,03	229.099,03	15,06%
Total	102.257.946,91	94.981.113,10 €	7,12 %

PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO



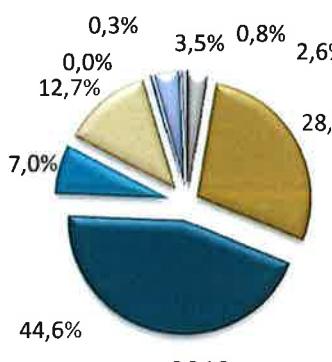
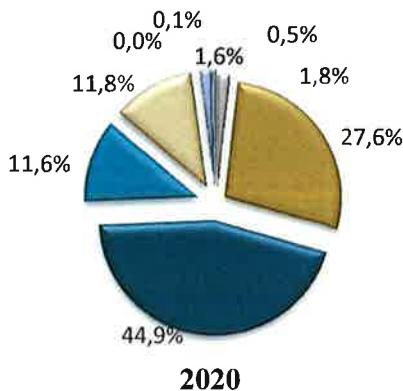
A estrutura do património líquido consolidado, apresenta, no final do exercício de 2020, um montante de 102.257.946,91 €, o destaque vai para a rubricas correspondentes ao Património/Capital e Outras variações no património líquido do Grupo Municipal que têm um peso de 35,98 % e 39,51 % respectivamente no total do património líquido.

3.2 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

Quadro VII

Gastos Consolidados	2020	2019	Var %
Gastos Operacionais			
Custo das merc. Vend. E Mat. Cons	446.434,69	637.648,46	-30,0%
Fornecimentos e serviços externos	6.832.566,31	6.275.290,93	-2,4%
Gastos com o pessoal	11.171.082,23	10.360.266,20	2,0%
Transferências e Subsídios concedidos	2.889.720,57	1.723.108,46	67,7%
Gastos de Depreciação e amortização	2.925.894,89	2.961.723,57	-6,4%
Imparidade de Dívidas	0,00	78.731,24	-100,0%
Provisões	31.487,00	0,00	N/A
Outros Gastos	438.712,96	832.157,59	-49,7%
Gastos Financeiros	132.596,74	200.740,82	-33,9%
Juros e Gastos similares Suportados	132.596,74	200.740,82	-33,9%
Total	24.868.495,39	24.590.854,53 €	1,1%

GASTOS CONSOLIDADOS



- Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
- Fornecimentos e serviços externos
- Gastos com pessoal
- Transferências e subsídios concedidos
- Gastos/reversões de depreciação e amortização
- Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- Provisões (aumentos/reduções)
- Outros gastos
- Juros e gastos similares suportados

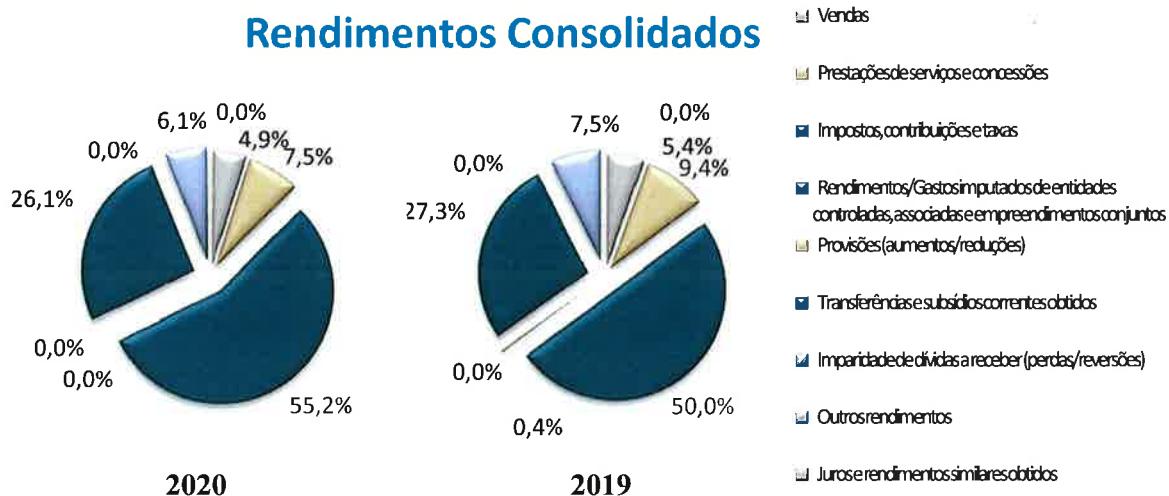
Em 2020 o Grupo Municipal evidenciou gastos totais que ascenderam a 24.868.495,39€.

Analizando a desagregação de gastos do Grupo Municipal, verifica-se que os gastos com o pessoal, e, os fornecimentos e serviços externos, representam a maior fatia nos gastos totais, com percentagens de 44,9 % e 27,5 % respectivamente.

Os gastos de natureza financeira cifraram-se em cerca de 133 Mil € com expressão de 0,5 % nos gastos totais

Quadro VIII

Rendimentos Consolidados	2020	2019	Var %
Rendimentos Operacionais			
Vendas	28.581.508,04	25.833.965,10	10,6%
Prestações de Serviços e Concessões	1.411.439,47	1.401.228,31	0,7%
Impostos, Contribuições e Taxas	2.150.067,50	2.432.557,61	-11,6%
Rend. Imputados de Ent. Controladas	15.790.182,24	12.916.211,78	22,3%
Provisões	0,00	0,00	0,0%
Transferências e Subsídios obtidos	95.127,75	7.476.897,34	-100,0%
Imparidade de Div. a Receber	7.046.382,96	13.447,16	6,1%
Outros Rendimentos	1.739.474,33	1.942.456,69	N/A
Rendimentos Financeiros	12.831,18	12.831,18	-10,4%
Juros e Rendimentos similares Obtidos			N/A
Total	28.594.339,22	25.833.965,10	10,7%



P J
 A M
 Luy.
 CB
 RP
 Ley
 AB

No ano de 2020 os rendimentos totais do Grupo Municipal perfizeram 28.594.339,22 €. Analisando a natureza dos rendimentos, verifica-se que em 2020 os rendimentos operacionais registaram um montante de 28.581.508,04 € (93,7%) e os rendimentos financeiros 12.831,18 €,

Analisando a desagregação dos respetivos rendimentos, verifica-se que os rendimentos provenientes de impostos e de Transferências e Subsídios obtidos, representam a maior fatia nos rendimentos totais, com percentagens de 55,2 % e 26,1 % respectivamente.

3.4 Análise aos Resultados Consolidados

Os resultados consolidados apresentaram em 2020, e, no ano anterior, a seguinte estrutura:

Quadro IX

	2020	2019
Resultados Operacionais	3.845.609,39 €	1.443.851,39 €
Resultados Financeiros	-119.765,56 €	-200.740,82 €
Resultados Antes Impostos	3.725.843,83 €	1.243.110,57 €
Imposto S/ Rendimento Exer.	-40.551,21 €	-31.467,33
Resultado Líquido Exercício	3.685.292,62 €	1.211.643,24 €
Interesses Minoritários	- 31.604,38	- 17.224,78
RLE – Após Interesses Minoritários	3.653.688,24 €	1.194.418,46

Os resultados do Grupo Municipal registaram um valor antes de impostos de 2.132.625,57 €, retirando o efeito do MEP (Método de Equivalência Patrimonial), verifica-se uma variação de cerca de 90 Mil Euros face aos resultados individuais do Município que derivou da incorporação dos Resultados Líquidos da Infratroia E.M. Após a consideração do imposto sobre o rendimento do exercício e da desagregação do montante relativo aos interesses minoritários, obteve-se Resultado Líquido do Exercício de 2.083.933,46 €.

3.5 Indicadores financeiros – Grupo Municipal

Quadro X

	2020	2019
Liquidez Geral	422,51%	442,16%
Liquidez Imediata	270,03%	285,61%
Autonomia Financeira	92,65%	91,11%
Solvabilidade	1260,64%	1024,69%
Endividamento	7,35%	8,89%
Fundo de Maneio	17.593.190,91	16.385.389,68

A análise aos rácios permite constatar de um modo geral a continuidade da solidez e estabilidade da situação económico-financeira do Grupo Municipal, verificando-se, à



(Handwritten signatures and initials in blue, purple, and black ink, including 'B', 'F', 'M', 'L', 'V', 'Ley.', 'CJ', 'RR', and 'K')

excepção dos indicadores de liquidez, uma evolução positiva de todos os indicadores comparativamente ao ano anterior, que expressa a boa situação financeira e a capacidade de solvabilidade das obrigações de curto e M/I prazo assumidas. O grau de endividamento obtido, registou uma evolução positiva o que, confirma a pouca expressão do peso dos capitais alheios no financiamento das atividades do grupo traduzindo-se num baixo grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio.

2

BALANÇO CONSOLIDADO

2020
BALANÇO CONSOLIDADO
RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS

2020

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS

Jo

MUNICIPIO DE GRÂNDOLA

BALANÇO CONSOLIDADO

Rubricas	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente		87.321.285,39 €	83.076.165,05 €
Ativos fixos tangíveis	5	86.627.552,08 €	82.314.982,89 €
Ativos intangíveis	3	157.494,87 €	226.528,07 €
Participações financeiras	18	531.778,50 €	531.778,50 €
Outras contas a receber		4.459,94 €	2.875,59 €
Ativo corrente		23.048.241,88 €	21.174.206,87 €
Inventários	10	269.589,16 €	277.323,67 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		331.428,06 €	755.011,26 €
Clientes, contribuintes e utentes	9	277.924,97 €	237.995,49 €
Estado e outros entes públicos	23	13.016,94 €	59.043,08 €
Outras contas a receber	23	7.238.744,60 €	5.878.073,43 €
Diferimentos		187.266,65 €	289.517,24 €
Caixa e depósitos	1	14.730.271,50 €	13.677.242,70 €
Total Ativo		110.369.527,27 €	104.250.371,92 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		102.257.946,91 €	94.981.113,10 €
Património/Capital		36.791.730,11 €	36.791.730,11 €
Reservas		2.540.962,24 €	2.464.290,30 €
Outras Reservas		0,00 €	187.987,31 €
Resultados transitados		18.645.392,75 €	16.169.597,20 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outras variações no património líquido		40.397.074,54 €	37.088.975,04 €
Resultado líquido do período		3.653.688,24 €	2.083.933,46 €
Interesses Minoritários		229.099,03 €	194.599,68 €
Total Património Líquido		102.257.946,91 €	94.981.113,10 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		2.656.529,39 €	4.480.441,63 €
Provisões	15	214.800,00 €	183.313,00 €
Financiamentos obtidos	7	1.925.868,12 €	3.485.882,44 €
Passivos por impostos diferidos		1.361,27 €	2.746,19 €
Diferimentos		514.500,00 €	808.500,00 €
Passivo corrente		5.455.050,97 €	4.788.817,19 €
Fornecedores		1.376.449,62 €	1.281.128,15 €
Adiantamentos de Clientes		1.153,66 €	1.270,11 €
Estado e outros entes públicos	23	184.997,66 €	234.983,92 €
Financiamentos obtidos	7	656.876,90 €	278,36 €
Fornecedores de investimentos		369.265,33 €	473.667,21 €
Outras contas a pagar	23	2.865.482,64 €	2.796.664,28 €
Diferimentos		825,16 €	825,16 €
Total Passivo		8.111.580,36 €	9.269.258,82 €
Total Património Líquido e Passivo		110.369.527,27 €	104.250.371,92 €

3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
CONSOLIDADOS

2020

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS

MUNICIPIO DE GRÂNDOLA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Rubricas	Notas	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	23	15.790.182,24 €	12.916.211,78 €
Vendas	23	1.411.439,47 €	1.401.228,31 €
Prestações de serviços e concessões	23	2.150.067,50 €	2.432.557,61 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	23	7.476.897,34 €	7.046.382,96 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-446.434,69 €	-637.648,46 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-6.832.566,31 €	-6.999.839,91 €
Gastos com pessoal	23	-11.171.082,23 €	-10.956.247,40 €
Transferências e subsídios concedidos		-2.889.720,57 €	-1.723.108,46 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		13.447,16 €	-76.116,84 €
Provisões (aumentos/reduções)		-31.487,00 €	95.127,75 €
Outros rendimentos		1.739.474,33 €	1.942.456,69 €
Outros gastos		-438.712,96 €	-872.275,97 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		6.771.504,28 €	4.568.728,06 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-2.925.894,89 €	-3.124.876,67 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		3.845.609,39 €	1.443.851,39 €
Juros e rendimentos similares obtidos		12.831,18 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	7	-132.596,74 €	-200.740,82 €
Resultado antes de impostos e interesses miniritários		3.725.843,83 €	1.243.110,57 €
Impostos sobre rendimento do exercício		-40.551,21 €	-31.467,33 €
Interesse Minoritários		-31.604,38	-17.224,78 €
Resultado líquido do período		3.653.688,24 €	1.194.418,46 €

4

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

2020

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS

MUNICIPIO DE GRÂNDOLA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Rubricas	Notas	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		3.706.656,46 €
Recebimentos de contribuintes		13.934.960,38 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7.355.754,24 €
Recebimentos de utentes		846.410,37 €
Pagamentos a fornecedores		-6.953.094,80 €
Pagamentos ao pessoal		-11.067.073,41 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.824.117,66 €
Caixa gerada pelas operações		5.999.495,58 €
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		-42.322,67 €
Outros recebimentos/pagamentos		-677.557,99 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		5.279.614,92 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-8.037.516,43 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-1.347,79 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-31.380,20 €
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		373.016,96 €
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		252,61 €
Recebimentos - Transferências de capital		4.403.570,38 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-3.293.404,47 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Outras operações de financiamento		12.831,18 €
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-903.137,42 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-42.875,51 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-933.181,75 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1.053.028,70 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		13.677.242,70 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		14.730.271,40 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		13.677.242,70 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		13.677.242,70 €
SGA De execução orçamental		13.245.070,14 €
SGA De operações de tesouraria		432.172,56 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		14.730.271,40 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		14.730.271,40 €
SGS De execução orçamental		14.406.742,87 €
SGS De operações de tesouraria		323.528,53 €

*P
A
A
A
A
A
A
A
A
A
A
A
A
A
A*

5 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

2020

ESTADO DE CONTA - CUSTOS

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Designação	Notas	Património / Capital	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Doações	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Interesses minoritários	Resultado líquido do período	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		36.791.730,11				2.652.277,61	24.882.722,01	16.169.597,20	0,00		0,00	194.599,68	2.083.933,46	82.774.860,07
Alastramentos/reclassificações transição SNC/AP:														
Reclassificação - Reserva Doação	0,00					0,00	-24.882.722,01	0,00	0,00	24.882.722,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação - Subsídios investimento	0,00					0,00	0,00	0,00	0,00	12.189.865,04	0,00	0,00	0,00	12.189.865,04
Desreconhecimento de Imobilizado	0,00					0,00	0,00	-179.874,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-179.874,92
Alteração amortizações e sub. Investimento	0,00					0,00	0,00	-1.156.520,86	0,00	-308.914,93	0,00	0,00	0,00	-1.465.435,79
Movimentos do período:														
Aplicação RLE 2019	0,00					104.196,67	1.979.736,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento - Recebimentos 2020	0,00					0,00	0,00	0,00	0,00	3.892.015,18	0,00	0,00	0,00	3.892.015,18
Subsídios ao investimento - Réditos 2020	0,00					0,00	0,00	0,00	0,00	-258.612,76	0,00	0,00	0,00	-258.612,76
Regularização imobilizado	0,00					0,00	1.608.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.608.660,00
RLE 2020	0,00					0,00	0,00	0,00	0,00	3.653.688,24	0,00	0,00	0,00	3.653.688,24
Interesses minoritários	0,00					0,00	0,00	0,00	0,00	31.604,38	0,00	0,00	0,00	31.604,38
Operações consolidação	0,00					-215.512,04	0,00	223.794,54	0,00	0,00	2.894,97	0,00	0,00	11.177,47
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		36.791.730,11				2.540.962,24	0,00	18.645.392,75	0,00	40.397.074,54	229.099,03	3.653.688,24	102.257.946,91	

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'L', 'A', 'Cay.', 'M', '87', 'N', 'U', and 'S' on the right side of the page]

6

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2020

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS

(Handwritten signatures in blue, purple, and black ink, including initials and names)

ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras com adoção pela primeira vez do SNC-AP

A Entidade consolidante adotou o SNC-AP pela primeira vez no ano de 2020, tendo aplicado para o efeito as disposições do “Capítulo 2 – Aplicação pela primeira vez do SNC-AP” do Manual de Implementação, sendo 1 de janeiro de 2020 a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras. O SNC-AP integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional (PCM).

Conforme previsto nos pontos 1.3.6 e 1.3.8 do Manual de Implementação do SNC-AP, a informação comparativa com referência a 31 de dezembro de 2019 apresentada nestas demonstrações financeiras, baseia-se no anterior normativo contabilístico (POCAL) e resulta da mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP. Consequentemente, a Entidade não reexpressou na totalidade a informação comparativa de acordo com o SNC-AP o que implica alguma perda de comparabilidade entre os anos de 2019 e 2020, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras para 2021.

1) Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados

Em 2020, com a transição, foram várias as situações que afetaram as demonstrações financeiras do município.

Cadastro e vidas úteis dos bens públicos

O Classificador Complementar 2 do PCM (Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento) veio substituir o CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado). No entanto, de acordo com a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, as Entidades poderão manter os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações, para todos os bens do ativo fixo tangível (com exceção dos edifícios e outras construções) detidos à data de 31 de dezembro de 2019. Para os edifícios e outras construções (imóveis e direitos no CIBE), quer se trate de ativos fixos tangíveis, quer de propriedades de investimento, o respetivo cadastro e vida útil devem ser atualizados face às disposições do PCM, tendo sido efectuados ajustamentos retrospectivos devido à alteração das referidas taxas de depreciação.

Subsídios ao investimento:

De acordo com o SNC-AP, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser reconhecidos no património líquido e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período em que os respetivos ativos são depreciados. No caso de subsídios com condições, este devem ser registados numa conta de proveitos diferidos, sendo o valor transferido para o património líquido no momento em que se cumprem as condições previamente estabelecidas. Em POCAL, estes subsídios ao investimento eram registados em proveitos diferidos e, subsequentemente, reconhecidos em resultados durante o período em que os ativos financiados eram amortizados.

Activos Fixos Tangíveis

Foi efectuado o desreconhecimento de ativos fixos tangíveis por alguns destes bens não satisfazem a definição de ativo fixo tangível no SNC-AP.

Activos Fixos Intangíveis

Foi efectuado o desreconhecimento de ativos fixos intangíveis por alguns destes bens não satisfazem a definição de ativo fixo intangível no SNC-AP.

Acordos de concessão de serviços: concedente

A NCP 4 do SNC-AP prescreve especificamente a contabilização de acordos de concessão de serviços na ótica do concedente para as entidades da Administração Pública, matéria que era omissa no POCAL. No âmbito desta norma, a Entidade identificou 2 contratos de concessão relevantes fora do âmbito do grupo municipal, nomeadamente:

- Contrato de exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento, para a recolha, tratamento e rejeição de efluentes (AgdA);
- Contrato de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (E-Redes);

Decorrente da análise efetuada aos referidos contratos, existem dúvidas e incertezas quanto ao enquadramento destes no âmbito da referida norma, nomeadamente quanto ao controlo e regulamentação da Entidade sobre os serviços prestados e preços praticados, quanto ao interesse residual no ativo da concessão no final do termo do acordo e quanto aos valores a atribuir aos ativos de concessão na posse dos concessionários.

Perante as circunstâncias descritas, não foram reunidas as condições para se reconhecer nas demonstrações financeiras os ativos de concessão proporcionados pelo concessionário.

Reclassificações:

De acordo com as notas de enquadramento e os modelos de demonstrações financeiras previstos no SNC-AP, foram ainda efetuadas diversas reclassificações às demonstrações financeiras anteriormente divulgadas em POCAL, das quais se destacam as seguintes:

- Os ativos relacionados com os bens de domínio público deixaram de ser apresentados em separado na face do balanço preparado de acordo com o SNC-AP e passam a estar incluídos na rubrica de ativos fixos tangíveis.
- Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis passaram a ser apresentados no balanço apenas pelo seu valor líquido, passando a informação sobre o valor bruto e correspondentes amortizações acumuladas a ser divulgada apenas nas notas do Anexo;
- Os acréscimos de proveitos e custos anteriormente reportados na face do balanço apresentado em POCAL passam a ser incluídos nas rubricas de outras contas a receber e a pagar segundo o SNC-AP. Os detalhes sobre estes montantes passam a ser divulgados nas notas do Anexo.
- As doações recebidas anteriormente reportadas em POCAL nos fundos próprios em linha específica dentro das reservas passam a ser apresentadas em SNC-AP na rubrica de outras variações do património líquido.



- Olhando para a face do balanço de acordo com o SCN-AP, o ativo e passivo encontram-se divididos em «não corrente» e «corrente». Esta nova classificação corresponde, grosso modo, ao médio/longo prazo e curto prazo do balanço em POCAL, contudo passa a aplicar-se à plenitude das rubricas.
- Os resultados extraordinários deixaram de ser apresentados na demonstração dos resultados preparada de acordo com o SNC-AP, pelo que os custos e proveitos extraordinários anteriormente reportados em POCAL foram incluídos em diversas rubricas do resultado operacional, em função da sua natureza.
- O valor a receber de candidaturas a subsídios não reembolsáveis foi reclassificado da rubrica de outros devedores (POCAL) para a rubrica Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis.

2) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores

Património Líquido 31dez19 - POCAL	82.592.403,89
Desreconhecimento Imobilizado Incorpóreo	-27.474,62
Desreconhecimento Imobilizado corpóreo	-152.400,30
Alteração das taxas de depreciação - edifícios e outras construções	-1.465.435,79
Ajustamento taxas de depreciação - Subsídios ao Investimento	308.914,93
Transferência de Subsídios ao Investimento	11.880.950,11
Património Líquido 01Jan20 - SNC AP	93.136.958,22

Os principais ajustamentos decorrentes da transição para o SNC-AP, reconhecidos na conta 564 – Ajustamentos de Transição para o SNC-AP, foram os seguintes:

- i. Conforme previsto no POCAL, até 31 de Dezembro de 2019, o Município reconhecia em Imobilizado Incorpóreo um conjunto de despesas que à luz da NCP 3 – Ativos Intangíveis, não cumprem os critérios para serem reconhecidas como ativos intangíveis;
- ii. Conforme previsto no POCAL, até 31 de Dezembro de 2019, o Município reconhecia em Imobilizado Incorpóreo um conjunto de despesas que à luz da NCP 5 – Ativos tangíveis, não cumprem os critérios para serem reconhecidas como ativos tangíveis;
- iii. A aplicação da norma NCRF 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação determina que as transferências e subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis e outras transferências e subsídios de capital sejam apresentados como componentes do Património. No normativo POCAL estes subsídios eram apresentados como componente do Passivo, em acréscimos e diferimentos.
- iv. A revogação do CIBE levou à sua substituição pelo CC2, esse facto resultou num impacto nas taxas de depreciação dos Edifícios e Outras Construções, sendo considerado uma modificação das expectativas correntes que diferem das estimativas iniciais existindo por isso uma



alteração de uma estimativa contabilística de acordo com a NCP 2 que levou ao respectivo ajustamento.

3) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período

O resultado líquido de 2019 segundo as NCP seria afetado da seguinte forma:

- i. Anulação das amortizações do exercício do imobilizado incorpóreo (impacto positivo no resultado) de cerca de 130.111 euros;
- ii. Anulação das amortizações do exercício do imobilizado corpóreo (impacto positivo no resultado) de cerca de 99.174 euros;
- iii. Registo em gasto de despesas reconhecidas em Imobilizado Incorpóreo (impacto negativo em resultado) de cerca de 5.553 euros.
- iv. Registo em gasto de despesas reconhecidas em Imobilizado Incorpóreo (impacto negativo em resultado) de cerca de 159.319 euros.
- v. Registo das amortizações dos edifícios e outras construções tendo por base o CC2 (impacto negativo em resultado) de cerca de 132.051 euros.

4) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o ponto 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP)

Não aplicável.

5) Distinção nas reconciliações das alíneas (2) e (3), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável)

Não aplicável.

6) As presentes demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as NCP não são as primeiras demonstrações financeiras do Município de Grândola.

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas pelo Município de Grândola de acordo com as NCP.



Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º3 do art.º75 da Lei n.º 73/2013 – Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



Entidade Mãe - Município de Grândola

Sede Social – Rua Dr. José Pereira Barradas, 7570-281 Grândola

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Infratróia – Infraestruturas de Tróia, E.M.

Sede Social - Rua da Aroeira – Tróia, 7570-789 Carvalhal GDL

Atividade Principal – Distribuição de água Detida a 74,10% pelo município.

1.2 Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Quadro 1 – Informação das entidades

Designação da Entidade	Sede	Actividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital
Infratróia – Infraestruturas de Tróia, EM	RUA DA AROEIRA - TROIA	Exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e da recolha e rejeição de efluentes e a gestão do sistema de resíduos urbanos na área de desenvolvimento turístico de Tróia	Câmara Municipal de Grândola / TROIARESORT, SGPS	74,1

1.3 Caixa e Depósitos

Quadro 2 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2020	2019
Caixa	19.007,29	15.201,99
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	14.461.264,11	13.662.040,71
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	250.000,00	
Depósitos consignados		
Total	14.730.271,40	13.677.242,70

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

Quadro 3 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	375.954,88	307.394,02		68.560,86	375.954,88	359.223,28		16.731,60
Programas de computador e sistemas de informação	98.315,24	57.771,98		40.543,26	127.290,31	81.101,37		46.188,94
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	109.949,33			109.949,33	94.574,33			94.574,33
TOTAL	584.219,45	365.166,00	0,00	219.053,45	597.819,52	440.324,65	0,00	157.494,87

A quantia escriturada no inicio de período inclui os movimentos de regularização do Balanço reclassificado do Município de Grândola.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

O modelo de compensação dos concessionários é o da atribuição de um direito.

Quadro 4- Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas	Águas Públicas do Alentejo - Grupo Águas de Portugal	Infraestruturas	50 Anos				
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	E-Redes - Distribuição De Eletricidade, S.A	Infraestruturas	20 Anos				

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Quadro 5- Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia escriturada (5)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumulada (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	10.529.122,70			10.529.122,70	10.569.459,87	544,36		10.568.915,51
Edifícios e outras construções	44.636.146,64	16.397.288,34		28.238.858,30	44.757.158,21	18.081.822,44		26.675.335,77
Infraestruturas								0,00
Património histórico, artístico e cultural	82.337,22	7.462,78		74.874,44	82.337,22	8.285,98		74.051,24
Outros								0,00
Bens de domínio público em curso	1.421.144,09				4.056.220,67			4.056.220,67
	56.668.750,65	16.404.751,12	0,00	38.842.855,44	59.465.175,97	18.090.652,78	0,00	41.374.523,19
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	10.653.545,57			10.653.545,57	12.182.026,90			12.182.026,90
Edifícios e outras construções	23.912.062,12	5.350.418,62		18.561.643,50	23.888.754,25	5.833.509,74		18.055.244,51
Equipamento básico	5.207.059,16	4.020.752,48		1.186.306,68	5.806.865,20	4.297.672,78		1.509.192,42
Equipamento de transporte	4.687.662,37	3.430.898,31		1.256.764,06	4.931.000,22	3.656.384,93		1.274.615,29
Equipamento administrativo	2.365.906,08	2.173.829,19		192.076,89	2.412.431,09	2.232.136,58		180.294,51
Equipamentos biológicos				0,00				0,00
Outros	726.192,81	524.367,03		201.825,78	848.637,33	581.374,97		267.262,36
Ativos fixos tangíveis em curso	8.360.984,79			8.360.984,79	11.784.392,90			11.784.392,90
	55.913.412,90	15.500.265,63	0,00	40.413.147,27	61.854.107,89	16.601.079,00	0,00	45.253.028,89
TOTAL	112.582.163,55	31.905.016,75	0,00	79.256.002,71	121.319.283,86	34.691.731,78	0,00	86.627.552,08

A quantia escriturada no inicio de período inclui os movimentos de regularização do Balanço reclassificado do Município de Grândola.

Nota 6 - Locações

Os dados abaixo indicados referem-se ao Município de Grândola, cujos dados se apresentam no quadro seguinte, tendo 1 dos contratos terminado em Outubro de 2020.

Quadro 6 - Locações

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas cont.	Pagamentos mínimos	Rendas cont.						
Equipamento transporte	164.522,88	21.769,56		0,00	0,00	41.130,72	101.622,60		142.753,32		
Equipamento multifuncionais	Instal. mun.	59.663,76	4.971,98	690,05		54.691,78			54.691,78		
	escolas	17.729,28	1.969,92			5.909,76	9.849,60		15.759,36		
	Instal. Mun.	268.757,70	62.429,19	8.788,74	206.328,51	9.151,44	0,00	0,00	0,00		
Total		510.673,62	91.140,65	9.478,79	206.328,51	9.151,44	101.732,26	111.472,20	0,00	213.204,46	
										0,00 €	

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

No final de 2020 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Quadro 7- Detalhe de empréstimos

Designação	2020	2019
Empréstimos Bancários		
Passivo Corrente	656.876,90	278,36
Passivo Não corrente	1.925.868,12	3.485.882,44
Total	2.582.745,02	3.486.160,80

Nota 9 – Imparidade de ativos

Abaixo indica-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos consolidados.

Quadro 8 – Imparidade de Activos

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	542.604,32	264.679,35	277.924,97
Total	542.604,32	264.679,35	277.924,97

Nota 10 – Inventários

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da rubrica de Inventários consolidados é o seguinte:

Quadro 9 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	269.589,16		269.589,16
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	269.589,16	0,00	269.589,16

Quadro 10 - Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Mercadorias	819,92	-819,92							0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	276.503,75	422.536,06	446.434,69				5.232,28	22.216,32	269.589,16
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	277.323,67	421.716,14	446.434,69	0,00	0,00	0,00	5.232,28	22.216,32	269.589,16

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2020 encontra-se registado os valores de provisões constituídas para as seguintes rubricas:

Quadro 11 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	109.513,00	44.000,00			44.000,00					
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	73.800,00				0,00				0,00	73.800,00
Total	183.313,00	44.000,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	12.513,00	0,00	12.513,00	214.800,00

Nota 18 – Instrumentos financeiros

O detalhe da rubrica Participações Financeiras e Outros Ativos Financeiros consolidados é o seguinte:

Quadro 12 – Detalhe Participações Financeiras e Outros Ativos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Outros	Compras	Ganhos de Justo Valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Participações financeiras	531.778,50							531.778,50
Outros ativos financeiros								
Total	531.778,50							531.778,50

O valor da rubrica Participações financeiras refere-se ao FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Nota 23 – Outras divulgações

Estado e Outros Entes Públicos

As rubricas de Estado e Outros Entes Públicos apresentam a seguinte composição:

Quadro 13 – Estado e Outros Entes Públicos Consolidados

Estado e Outros Entes Públicos	2020		2019	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre o Rendimento	0,00	25.998,23	0,00	12.637,55
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	67.663,09	0,00	105.640,14
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	12.817,39	25.632,32	58.870,36	33.573,75
Outros impostos	0,00	3,45	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	65.700,57	0,00	83.132,48
Outras tributações	199,55	0,00	172,72	0,00
Total	13.016,94	184.997,66	59.043,08	234.983,92



 AB
 AF
 AM
 RL
 LF
 MM
 NM

Outras Contas a Receber Consolidadas

No final de 2020 a rubrica de Outras Contas a Receber tinha o seguinte detalhe:

Quadro 14– Outras Contas a Receber

Outras Contas a Receber	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	79.515,81	78.076,47
Devedores por acréscimos de rendimentos	6.532.557,18	5.286.506,00
Cauções Entregues a terceiros	260.280,00	260.280,00
Taxa de gestão de resíduos (Tgr)	28.941,52	16.616,51
Taxa de recursos hídricos (Trh)	18.071,49	6.255,73
Outros - corrente	11.046,60	11.948,45
IGTCP	4.408,93	3.231,43
Taxa de controlo de qualidade (Tcq)	2.359,43	1.515,65
Fundo Ambiental	2.327,78	2.327,78
Outros devedores	299.235,96	211.315,41
Total	7.238.744,70	5.878.073,43

Outras Contas a pagar consolidadas

No final de 2020 a rubrica de Outras Contas a pagar tinha o seguinte detalhe:

Quadro 15– Outras Contas a Pagar

Outras Contas a Pagar	2020	2019
Credores por acréscimos de gastos	2.229.484,94	2.110.430,21
Cauções	559.872,26	482.550,60
Outros Saldos credores	76.125,44	203.683,47
Total	2.865.482,64	2.796.664,28

Réditos Consolidados

O montante desagregado dos réditos consolidados registados em 2019 e 2020 é o seguinte:

Quadro 16 – Réditos

Descrição	2020	2019
Impostos diretos	4.791.087,32	4.486.632,90
Impostos indiretos	10.128.590,95	7.616.738,14
Taxas, multas e outras penalidades	870.503,97	800.852,40
Mercadorias	1.411.288,55	1.400.595,39
Produtos acabados e intermédios	150,92	632,91
Serviços específicos das autarquias locais	549.440,17	678.111,30
Outros Serviços	897.106,15	874.913,10
Transferências e subsídios correntes obtidos	7.476.897,34	7.046.382,96
Total	26.125.065,37	22.904.859,10

Fornecimentos e Serviços Externos Consolidados

Abaixo apresenta-se a desagregação dos Fornecimentos e Serviços Externos consolidados

Quadro 17 – Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2020	2019
Subcontratos e parcerias	36.683,00	63.251,85
Trabalhos especializados	1.396.967,96	1.752.651,39
Publicidade, comunicação e imagem	44.847,70	77.345,87
Vigilância e segurança	28.712,31	23.026,31
Honorários	156.809,67	225.195,13
Comissões	364.059,27	291.718,90
Conservação e reparação	386.592,97	278.246,33
Serviços bancários e financeiros	6.696,52	5.919,17
Outros serviços especializados	33.682,85	102.548,20
Outros	40,00	
Materiais de consumo	524.675,84	259.948,23
Energia e fluidos	2.008.890,09	2.036.454,92
Deslocações, estadas e transportes	7.490,06	35.544,10
Serviços diversos	1.836.418,07	1.847.989,51
Total	6.832.566,31	6.999.839,91

Gastos com Pessoal Consolidados

O detalhe da rubrica de Gastos com pessoal consolidados é o seguinte:

Quadro 18– Gastos Com Pessoal

Descrição	2020	2019
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	176.268,00	137.966,37
Remunerações do pessoal	8.438.075,39	8.434.161,64
Indemnizações	381,06	2.996,26
Encargos sobre remunerações	1.783.526,97	1.836.231,16
Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	102.738,88	137.507,30
Gastos de ação social	1.121,30	2.365,50
Outros gastos com o pessoal	498.155,55	405.019,17
Outros encargos sociais	170.815,08	0,00
Total	11.171.082,23	10.956.247,40



Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Grândola ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

c31
A
M
L
M
P
D

do
gs
f
of
m
Aug.
ley
PL
B

Certificação legal de contas

*6
H
M
C
A
P
L
A*

7

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS-CLC

2020

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS